



## MEMÓRIA E TRADIÇÃO NA DISCIPLINA ESCOLAR HISTÓRIA DO MARANHÃO

MANZKE, José Fernando

*Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade UFMA  
manzke@ufma.br*

MARTINS, Dayse Marinho

*Estudante de mestrado do Programa Interdisciplinar em Cultura e Sociedade UFMA  
daysemarinho@yahoo.com.br*

439

### RESUMO

Estudo proveniente da análise histórica do percurso de legitimidade e desenvolvimento da disciplina História do Maranhão no currículo da rede pública de ensino estadual a partir do ano de 1902 quando foi estabelecida a disciplina, no currículo da Escola Normal em São Luís - MA. Para tanto, se fundamenta nas contribuições dos estudos em História Cultural e na análise sobre Currículo, são considerados os princípios teórico-metodológicos da Nova Sociologia da Educação. No artigo, objetiva-se apresentar a relação entre as mudanças na historiografia sobre a memória local e as versões apresentadas pela disciplina escolar História do Maranhão. De sua proveniência para a disseminação das tradições da história regional com o advento da República, o saber local disciplinarizado não constituiu unanimidade em sua organização. A partir da historiografia, a referida disciplina escolar é utilizada como fomento ao resgate da tradição cultural local no decorrer da Primeira República.

**Palavras-chave:** Currículo. Memória. História do Maranhão.

### ABSTRACT

Study from the historical analysis of the route of legitimacy and development of the discipline history of Maranhão in the curriculum of the public state education from the year 1902 when the discipline was established, the curriculum of the Normal School in São Luís - MA. To do so, relies on contributions from studies in Cultural History and analysis on Curriculum, are considered the theoretical and methodological principles of the New Sociology of Education. In the article, we report herein the relationship between changes in the historiography of local memory and versions presented by school subject History of Maranhão. From its origin to the spread of the traditions of regional history with the advent of the Republic, not knowing disciplinarizado site constitutes unanimous in their organization. From the historiography, that school discipline is used as encouraging the recovery of local cultural tradition during the First Republic.

**Key-words:** Curriculum. Memory. History of Maranhão



Este artigo é parte de uma pesquisa que enfoca a análise histórica e documental acerca do percurso de legitimidade e desenvolvimento da disciplina História do Maranhão no currículo da rede pública de ensino. A investigação abordou em sua problemática, como a disciplina História do Maranhão vem sendo ministrada no currículo do sistema estadual de ensino.

Para tanto, se fundamentou nas contribuições dos estudos sobre a Nova História especificamente em História Cultural. Na análise sobre Currículo foram considerados os princípios teórico-metodológicos da Nova Sociologia da Educação através da História das disciplinas escolares de Ivor Goodson e André Chervel que ressalta o aspecto político do currículo bem como o caráter de tradição presente na implantação das disciplinas escolares aproximando o estudo em História da Educação à pesquisa histórica. Neste ponto do estudo, serão abordadas as transmutações na historiografia maranhense que ilustram as primeiras rupturas e permanências apresentadas pela disciplina História do Maranhão na abordagem da memória local.

A instituição de uma disciplina escolar não caracteriza somente um processo técnico de inclusão de um componente curricular no programa de estudos de determinado sistema educativo. O currículo está vinculado a representações de poder, denotando considerável alcance sociopolítico na organização de conteúdos. Não se pode falar em neutralidade no currículo, pois ele é veículo de ideologia, da filosofia e da intencionalidade educacional.

As disciplinas escolares possuem caráter de tradição à medida que estabelecem invenções, construções institucionalmente forjadas com base em sistemas de crenças e valores no contexto histórico de uma sociedade (HOBSBAWN, 2012). Diante desse aspecto, cabe analisar como uma disciplina escolar é instituída, como se estabelece, suas permanências e rupturas.

Conforme Julia (2001, p. 33), “as disciplinas escolares não são nem uma vulgarização nem uma adaptação das ciências de referência, mas um produto específico da escola”. Ao mesmo tempo em que uma disciplina escolar representa a institucionalização de um conhecimento de cunho científico na educação formal, ela não se restringe a um complexo de conteúdos selecionados.

A definição do *corpus* disciplinar perpassa pelo aspecto político que enfoca os objetivos do ensino em uma sociedade. “Os processos sociais que envolvem a produção do significado do conhecimento disciplinarizado assumem diferentes sentidos em função das múltiplas e variadas contingências históricas” (LIBÂNEO, & ALVES 2012, p. 230). A atribuição de significados a



uma disciplina escolar, portanto, abrange um processo relacional por meio de disputas no meio social acerca do que é válido para se estudar em determinado contexto histórico. Paralelamente, caracteriza-se como diferencial diante do processo de definição do que está apto a ser selecionado para compor o discurso de uma disciplina.

A pesquisa em história das disciplinas escolares contribui na realização do inventário das práticas de instituição do conhecimento disciplinarizado demarcando suas rupturas e permanências. Considerar a dimensão política na construção do currículo traçando a história das disciplinas escolares permite desvelar no cotidiano dos sistemas educacionais, os elementos propulsores de uma sociedade e suas conjunturas.

Convém examinar atentamente a evolução das disciplinas escolares, levando em conta diversos elementos que, em ordem de importância variada, compõem esta estranha alquimia: os conteúdos ensinados, os exercícios, as práticas de motivação e de estimulação dos alunos, que fazem parte destas 'inovações' que não são vistas, as provas de natureza quantitativa que asseguram o controle das aquisições (JULIA, 2001, p. 34).

A análise histórica do currículo problematiza a desmistificação de determinadas disciplinas elucidando os elementos sociais e políticos que influenciam na seleção de conteúdos e por sua vez, nas tradições que legitimam a coesão do grupo social ao qual pertence o sistema educativo. A ampliação das capacidades humanas pela via da formação escolarizada surge como instrumento vinculado a condições ideológicas e materiais. Isso demonstra, portanto, a importância de uma pesquisa educacional crítica que reconheça nas escolas a construção de significados por meio das formas de poder.

Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigem novos instrumentos que assegurem ou expressem identidade e coesão social, e que estructurem relações sociais. Ao mesmo tempo, uma sociedade em transformação torna as formas tradicionais mais difíceis ou até impraticáveis. (HOBSBAWN, 2012, p. 328)

Torna-se, portanto, imprescindível caracterizar o contexto histórico de implantação de uma disciplina escolar. A análise da conjuntura social e política permite notar que aspectos incidem sobre a inclusão e delimitação de conteúdos nos currículos dos sistemas de ensino bem como nos padrões de permanências e rupturas impressos no saber disciplinarizado.

Nesse sentido, o período que compreende a implantação da História do Maranhão como disciplina escolar corresponde à primeira década do século XX, tradicionalmente denominado pela historiografia nacional como Primeira República. Caracteriza, portanto, um contexto de



reformulações no campo da instrução pública maranhense. Para tanto, o discurso educacional enfoca a transição de uma concepção mnemônica de ensino para uma perspectiva científicista a partir da ideologia positivista de educação pelo progresso.

É nessa conjuntura que se pode perceber como se forjou a tradição representada pela implantação da História do Maranhão como disciplina escolar. Na análise dos programas curriculares estabelecidos para o ensino secundário no Liceu e posteriormente na Escola Normal, pode-se perceber a caracterização do ensino de História. De início, focado no estudo da formação social e política no Ocidente, sua reorganização possibilitou desdobramentos da disciplina com a inclusão de conteúdos nacionais e, por conseguinte, regionais.

Na trajetória evidenciada a partir de então, pela disciplina História do Maranhão, é possível notar sua estrita relação com o contexto histórico e as expectativas dos intelectuais. De sua proveniência para a disseminação das concepções sobre a história regional com o advento da República, o saber local disciplinarizado não constituiu unanimidade em sua organização.

Após a implantação da disciplina no programa da Escola Normal em 1902, tal aspecto é impresso em contendas ilustradas no âmbito da imprensa. O debate demonstra discordâncias quanto à abordagem da história local, concretizada no manual escolar elaborado por Barbosa de Godóis, então professor da disciplina.

O “pai” da disciplina história do Maranhão atuou num contexto da primeira década republicana caracterizado como um cenário de crise econômica. Em sua visão, o Maranhão precisava se reerguer diante do país tendo a história obtido o caráter de “mestra da vida” (KOSELLECK, 2006).

A história colonial maranhense, que até lhe servira como inspiração para a composição do hino do Estado, nesse aspecto, é rememorada como a história-modelo, depositária do passado privilegiado do Maranhão – história esta que poderia servir como espelho no qual as futuras gerações pudessem se mirar e identificar. Desta forma, percebemos que a formação das identidades locais, junto ao desenvolvimento do sentimento de amor à terra estavam relacionados com a reconstrução das experiências no tempo, cujo passado deveria ser lido de modo a inspirar confiança no futuro dos rumos tomados no Maranhão (MELO, 2011, p. 06).

No entanto, de acordo com Hobsbawn (2012, p. 11), “nem todas as tradições perduram”. Nesse sentido, a crescente mudança de concepção quanto à identidade cultural maranhense ecoa naquele contexto, visando a transmutação das versões propaladas na disciplina história do Maranhão.



Com os problemas econômicos e sociais, surgem à época as concepções dos neoatenienses, vinculadas à construção de um narcisismo representado no mito da Atenas Brasileira. Através desse referencial, o Maranhão foi retratado pela elite pensante enquanto sociedade com fases constantes de apogeu e decadência. O referido aspecto definiu a relação entre a historiografia e a reinvenção da disciplina História do Maranhão.

A construção das narrativas historiográficas no Maranhão revelou nuances diferenciadas das velhas crônicas coloniais a partir do período imperial. Até então, os discursos eram construídos por intelectuais e políticos da metrópole portuguesa no exercício do poder local. Durante o Império, as versões lusitanas ainda predominaram na caracterização histórica maranhense. Contudo, surgem em considerável número, análises de intelectuais da terra.

A partir da expansão econômica, com a riqueza propiciada pelo sistema agroexportador, ao fim do século XVIII, a elite maranhense encaminha seus jovens para a Europa a fim de garantir uma educação apurada. A esse respeito, considerava como fator preponderante para a execução de tal estratégia, a noção de civilização como símbolo de nobreza. Assim, “a riqueza de uma elite de fazendeiros e comerciantes, possibilitou-lhes mandar educar na Europa os filhos, que, ao retornarem, tornavam-se propulsores de uma intensa vida intelectual em São Luís” (FARIA, 2001, p. 61).

A elite letrada maranhense no contexto do sistema agroexportador foi moldada pela formação acadêmica do bacharelado com ênfase no campo das letras. A opção se deu a fim de permitir aos jovens a aquisição de relevância intelectual, gerando a notoriedade que culminaria na legitimidade cultural.

A formação acadêmica permitiu aos pensadores “reivindicar, além de bacharel, o lugar de intelectual, os homens das letras e o seu espaço no aparelho burocrático do Estado” (OLIVEIRA, 2007, p. 138). Diante da formação europeia que representava a civilização e o reconhecimento intelectual, os “filhos da terra” construíram um referencial que atribuía ao Maranhão especialmente a São Luís o epíteto de “Atenas Brasileira” pela sua produção cultural.

Os belos sobrados de azulejos em estilo colonial português eram palco de saraus literários e artísticos promovidos pela elite. Grupos teatrais vinham diretamente da Europa para se apresentar em São Luís. Nos jornais, proliferavam debates em torno de ideias políticas, de questões religiosas, de aritmética, geometria ou simplesmente sobre normas de redação. As gráficas publicavam bastante, inclusive obras em línguas estrangeiras (FARIA, 2005).



A efervescência intelectual gerou a constituição do grupo maranhense pertencente ao Romantismo literário brasileiro: os poetas Gonçalves Dias, Trajano Galvão, Sousândrade, o jornalista João Lisboa, o humanista Odorico Mendes, o matemático Gomes de Sousa e o filólogo Sotero dos Reis. Posteriormente destacam-se os irmãos Aluísio e Artur Azevedo, Coelho Neto, Graça Aranha, Raimundo Corrêa e Celso Magalhães (BORRALHO, 2000, p. 34).

A importância atribuída a esses intelectuais que exaltaram o Maranhão na literatura e historiografia é utilizada como fomento ao resgate das tradições culturais locais no decorrer da Primeira República. Diante do quadro de crise econômica, surge o movimento representado pelos Novos Atenienses. O referido grupo de letrados promove a reapropriação do ideário da Atenas Brasileira para direcionar a revitalização do cenário cultural maranhense por meio de práticas modernizadoras em suas instituições (BORRALHO, 2000).

As ações empreendidas pelos *neoatenienses* nas principais instituições locais aludem ao princípio da identidade cultural maranhense. Nesse sentido, propalam elementos simbólicos que reforcem a singularidade “timbira” (MARTINS, 2004). Assim, no estabelecimento da disciplina História do Maranhão, por exemplo, Godóis estrutura um discurso concretizado em sua obra didática que apregoa o valor de ser maranhense exaltando a trajetória histórica local.

Na perspectiva de exaltar o passado literário maranhense, os *neoatenienses* forjaram o discurso de um considerável patrimônio literário produzido no Estado. Com base nesse aspecto, os intelectuais da época reafirmam “mitologias pretéritas consagradoras de uma posição singular atribuída ao Maranhão no universo intelectual brasileiro” (MARTINS, 2006, p. 148).

Portanto, para superar as provações no campo econômico, os novos atenienses se dedicaram a concretizar suas aspirações institucionalizando-as. Conforme Martins (2006, p. 174). “Tais instituições [...] foram direcionadas por esses letrados ao cumprimento de produzir um Maranhão moderno renovado e reinscrito nos fóruns mais salientes da vida nacional” (MARTINS, 2006, p. 174).

Dentre as instituições marcadas pela atuação desses intelectuais, destacam-se: a Escola Normal (1890), o Liceu Maranhense (1893), A Escola Modelo (1896), a Biblioteca Pública (1898) e a Escola de Música (1902). No campo literário, surgem a Oficina dos Novos (1900), a Academia Maranhense de Letras (1908) e posteriormente, o Instituto Histórico Geográfico do Maranhão – IHGM (1926) (MARTINS, 2006). No contexto de criação das referidas instituições, Antônio Lobo e Barbosa de Godóis se mostraram ativos como entusiastas do movimento de renovação cultural.



Um dos intelectuais de renome no período é Antonio Lobo considerado protagonista do movimento neoateniense difundindo o *ethos* intelectual regional. A esse respeito, cabe destacar as considerações de Humberto de Campos acerca do que trata a obra *Os novos Atenienses* do Sr. Lobo. “O maranhense é um povo de intellectoaes, isto é, predisposto como os gregos de uma determinada época, a pensar, a ter intensa actividade mental” (CAMPOS, *A Pacotilha*, 16 jul. 1909).

Os literatos locais difundiram nesse período, versões acerca da singularidade do povo maranhense sobre sua origem nobre e diferenciada com relação ao restante do país. Nesse movimento, exaltaram o *ethos* de intelectualidade como característico da identidade cultural do maranhense. As elites imprimiram suas versões sobre a formação histórica local, relacionando-as à cultura do povo e propiciaram a absorção desses valores pelos setores da sociedade regional.

Lacroix (2002) atribui aos *neoatenienses* a construção de um novo elemento identitário para o maranhense: ter sua capital do Estado, São Luís, como a única cidade do Brasil fundada por franceses. Os literatos reelaboraram a identidade regional, acrescentando-lhe um verniz civilizatório francês: criaram o mito de origem da cidade de São Luís, resignificando a atuação dos franceses.

A historiadora indica que até o final do século XIX, as datas cívicas locais vinculavam-se à ação dos portugueses ao expulsarem os invasores franceses e à adesão do Maranhão à Independência. No início do século XX, estas datas perderam espaço para a comemoração do dia 8 de setembro, data em que os franceses rezaram a Santa Missa na Ilha Grande, a atual do Maranhão, mais conhecida como ilha de São Luís (LACROIX, 2012).

A presença francesa no Maranhão constitui um tema que apresenta vários embates no campo da historiografia maranhense. As controvérsias se relacionam à fundação da cidade de São Luís: se atribuída aos franceses ou aos portugueses. Com relação a essa concepção, serão apresentadas a seguir as versões propaladas na historiografia a fim de se perceber as transformações no discurso. Tal estratégia auxiliará na percepção de como as referidas mutações são incorporadas ao discurso da História do Maranhão como disciplina escolar.

As obras mais estudadas ao se retratar a França Equinocial constituem os relatos dos cronistas Claude D'Abbeville em sua *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão* e Ives D'Evreux na obra *Viagem ao Norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614*. Os missionários registraram as ações francesas em *Upaon -Açu* e enfatizam a finalidade



redentora da missão. No mesmo período, o capitão português Diogo Campos Moreno em sua obra *Jornada do Maranhão* faz referência aos franceses como *cossários* (MORENO, 2002).

Com base nos relatos desse militar, surgem as interpretações dos primeiros cronistas no Maranhão: militares ou religiosos presentes na formação da colônia. Situadas nos séculos XVII, XVIII e XIX, as narrativas estabelecem a ação francesa como invasão. Deixam transparecer a defesa de seus argumentos à coroa portuguesa enquanto detentora legal da posse da terra.

Dentre os religiosos que se dedicaram à análise do Maranhão na época colonial destaca-se o jesuíta João Felipe Bettendorff que avalia a presença gaulesa como “agressão com que a França acometia o Maranhão” (BETTENDORFF, 1990, p. 09). Além dele, MORAES (1987, p.45) se refere ao projeto francês como “usurpador dos domínios de Portugal”.

Nessas primeiras análises é nítido o argumento que atribui às iniciativas francesas o caráter de pirataria. O capitão Simão Estácio da Silveira qualificou como “ladroeira” a ação francesa. Ele acrescenta em seus comentários, a relação francesa com os silvícolas: “como do alheio sempre a mão é mais larga, com o que furtavam nesta costa, tinham nesta ilha grande comércio e correspondência com mais de trinta aldeias que nela havia de gentio tupinambá” (SILVEIRA, 2001, p.36).

Posteriormente, Bernardo Pereira de Berredo, em seus *Annaes Históricos* se enfatiza que “Aplicou Jerônimo de Albuquerque o principal cuidado à útil fundação de uma cidade” (BERREDO, 1988, p. 116). Gaioso (1970, p. 64) ressalta: “as tentativas dos franceses para se apossarem da ilha do Maranhão eram abusivas e criminosas”. Marques (1970, p. 295) aborda o episódio francês no Maranhão, através do verbete “invasão francesa”. Lopes (1970, p. 68) complementa: “os colonizadores de Albuquerque os dominaram”. Lago (2001, p. 77) ao demarcar “as principais épocas do Maranhão” considera como segunda época “a conquista do Maranhão por Jerônimo de Albuquerque”.

João Lisboa faz referência à invasão francesa com a “fundação de um forte”. Em sua escrita, reverencia a origem portuguesa da cidade de São Luís. Segundo Lisboa (1990, p. 79), “Se vingasse o estabelecimento francês, não existiria hoje esta nação brasileira a quem pertencemos; ou pelo menos, não faríamos parte dela, nós, os atuais maranhenses, que certamente, nunca teríamos aberto os olhos à luz”.

No cenário historiográfico nacional, Abreu (1963) e Salvador (1965) mencionam a existência de uma fortaleza francesa que foi entregue aos portugueses. Hollanda (2004, p. 217)





transmite a ideia da incipiência de seu núcleo populacional e acrescenta que “Foram eles se dispersando para ir residir em tais ou quais aldeias de índios”.

Como se pode perceber, até então, os franceses eram retratados enquanto invasores. Aos portugueses foi legitimado o domínio da terra, assim como a fundação de São Luís por Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

Entretanto, no final do período oitocentista, desponta a obra “*O Estado do Maranhão*” de José Ribeiro do Amaral. Por meio dela, o autor “elevou La Ravardière à condição de fundador” (LACROIX, 2005, p. 60). Os escritos de Amaral representam uma mudança na interpretação quanto aos franceses no Maranhão.

Dos franceses não se pode propriamente dizer que invadiram \_ não, eles tomaram posse, ocuparam um território totalmente abandonado [...] os franceses deram começo à fundação da cidade e à construção dos primeiros edifícios que aqui houve [...] A cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, é uma cidade de origem absolutamente francesa, ocupando, ainda hoje o mesmo lugar escolhido por seus fundadores (AMARAL, 2003, p. 33 - 39).

A versão tradicional da fundação de São Luís é substituída por outra interpretação a partir dos artigos e do livro “Fundação do Maranhão”, entre os anos de 1911 e 1912, com os escritos de Ribeiro do Amaral. Em artigos no Diário Oficial do Estado do Maranhão sob a epígrafe “O Maranhão Histórico”, Amaral discorria sobre a história do Estado desconsiderando toda a tradição historiográfica referente à fundação da capital São Luís. “Os franceses levantaram, os holandeses derrubaram; os franceses deram começo à fundação da cidade e à construção dos primeiros edifícios” (AMARAL, 2003, p.36).

As alegações desse autor serviram de base para o argumento do que Lacroix (2005) denomina como “mito da fundação francesa de São Luís”. A partir da caracterização do forte enquanto cidade fundada por franceses, Amaral colabora para a constituição de um mito de origem. Ao ser fundada por franceses numa perspectiva civilizatória, a cidade de São Luís teria bases singulares decorrentes da superioridade francesa em relação aos portugueses no processo de ocupação do território. “Esse raciocínio levou ao fortalecimento da construção da figura do ‘maranhense’, herdada da ancestralidade ilustre dos franceses gentis e fidalgos, cheios de honradez e preocupações com a cultura” (LACROIX, 2002, p. 126). Desse modo, surge uma série de eventos que passam a fazer alusão aos franceses enquanto fundadores com destaque para a figura de La Ravardière.



Completa o Maranhão a 8 de setembro do ano vindouro (1912) o tricentenário da sua fundação. Não deve este dia passar aqui despercebido, apelamos para o honrado Sr. Governador do Estado, sempre pronto a ser o primeiro a dar o exemplo nestas comemorações cívicas, a fim de que seja colocado no local onde foi erigida a cruz, uma pedra qualquer, por mais modesta que seja, rememorativa daquela imorredoura data (AMARAL, 2003, p. 46).

Com base nesse argumento, em 1912, os *novos atenienses* realizaram um grande evento em comemoração aos trezentos anos da fundação de São Luís por Daniel de La Touche. Verifica-se, nesse contexto, a criação de uma nova tradição. Fora a primeira ocasião em que a sociedade letrada ludovicense saudou a chegada dos franceses à *Upaon-Açu* (LACROIX, 2012). Pode-se depreender desse fato histórico, o nível de propagação das transformações nos discursos historiográficos maranhenses. Além da materialização das concepções sob a forma de eventos, Ribeiro do Amaral como um dos líderes desse movimento conclama a atribuição de símbolos à origem francesa de São Luís.

Cabe ressaltar que na mesma época Lobo e Godóis protagonizaram os embates referentes à adoção da obra *História do Maranhão* no ensino primário. Tal aproximação dos eventos permite conjecturar acerca da possível inadequação da obra de Godóis para as intenções do grupo intelectual no período em questão.

O manual da Escola Normal apresentava discordâncias com relação à origem francesa de São Luís. Ainda que representasse uma expressão do decadentismo, o livro de Barbosa de Godóis não incorporou a construção mítica da singularidade cultural do maranhense. Não havia negação da origem portuguesa da capital São Luís em detrimento do mito da fundação francesa em voga na intelectualidade do contexto.

O referido pressuposto pode ser validado pelo ato oficial publicado em *O Jornal: Diário Ilustrado* em 10 de julho de 1916. Na ocasião, ocorre o anúncio da adoção na instrução pública, da obra *História do Maranhão: edição para escolas* lançada em 1914 por José Ribeiro do Amaral. “O Sr. Inspetor geral da Instrução pública resolveu mandar adotar como leitura para os alunos a “*História do Maranhão: edição para escolas*” lançada do professor José Ribeiro do Amaral” (O JORNAL, 10 jul, 1916).

O jornalista adapta para o público escolar seu discurso acerca do papel francês na origem do Maranhão, imprimindo no saber histórico local disciplinarizado, a marca das mudanças historiográficas. Suas elaborações tornam-se a tônica do discurso oficial sobre a fundação francesa na instrução pública primária da Capital.



Uma década depois, com a fundação do IHGM, ampliam-se os esforços para difundir o ideário supracitado. Nesse sentido, é oferecido pela instituição, o curso de estudos maranhenses: “Série de conferências públicas realizadas por pessoas competentes sob a direção do instituto que abrange os problemas maranhenses de maior relevância (IHGM, 1926, p.25)”.

A iniciativa se pauta na difusão das produções dos confrades do instituto, num primeiro momento, vinculadas à São Luís. As reinvenções do discurso historiográfico maranhense prolongam-se durante todo o século XX. Tornam-se comuns as comemorações acerca da fundação francesa tendo à frente intelectuais da instrução local e instituições como a AML e o IHGM.

As considerações da pesquisa neste capítulo permitem caracterizar o processo de implantação da disciplina História do Maranhão na rede oficial de ensino. Com relação ao contexto histórico, ressalta-se o caráter de transição dos mecanismos políticos e ideológicos enquanto impulsionador das alterações no currículo escolar na invenção de uma tradição. Conforme Hobsbawn (2012, p. 16), “Espera-se que a tradição ocorra quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais [...] inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações amplas e rápidas”.

Ao mesmo tempo, verificou-se nos embates intelectuais, a ausência de unanimidade nos discursos sobre a história regional. Apesar disso, é possível atribuir a Antonio Baptista Barbosa de Godóis o protagonismo na invenção da tradição representada pela História do Maranhão enquanto disciplina escolar.

Destacam-se ainda, as rupturas nos padrões de seleção dos conteúdos e mutações nas concepções que fundamentaram sua abordagem após o estabelecimento no ensino formal. Segundo, Hobsbawn (2012, p. 17) na reinvenção das tradições “há adaptação em condições novas e modelos para novos fins”.

Assim, a disciplina inicialmente enalteceu as origens portuguesas do Maranhão. Mas, alterações no discurso historiográfico com base em “elementos antigos utilizados na elaboração de novas tradições” (HOBSBAWN, 2012, p.16) promoveram novas versões. Com o decadentismo e o mito da singularidade ludovicense, a disciplina passou a exaltar a presença francesa no Maranhão. O discurso inicial mostrou-se superado, pela nova perspectiva de abordagem representada na substituição do manual de Godóis pela obra de Ribeiro do Amaral.

Em relação a esse aspecto, Chartier (2002) acrescenta que, “as representações não são estáticas, sendo formuladas histórica e socialmente, em constante processo de constituição”. O



processo de reconfiguração da disciplina História do Maranhão a partir das mudanças nos padrões historiográficos enfocando a singularidade maranhense demonstra com isso, as mudanças na mentalidade e suas interferências na dinamicidade do saber disciplinarizado.

## Referências

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 5. ed. Brasília: Editora da UNB, 1963.

AMARAL, José Ribeiro do. *O Maranhão histórico: artigos de jornal (1911 – 1912)*. (1912). São Luís: Instituto Geia, 2003.

BERREDO, Bernardo P. de. *Annaes Históricos do Estado do Maranhão*. (1905). 4. ed. Rio de Janeiro: TipoEditor, 1988

BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 2. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 1990

BORRALHO, José Henrique de Paula Borralho. *Terra e Céu de Nostalgia: Tradição e identidade em São Luís do Maranhão*. Assis-SP. Programa de Pós-Graduação em História da UNESP. Dissertação de Mestrado. 2000

CAMPOS, Humberto de. Os novos atenienses. *A Pacotilha*, São Luís, 16 jul 1909. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 jun. 2014

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002  
FARIA, Regina Helena Martins de. *A Transformação dos Trabalhos nos Trópicos: propostas e realizações*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001

FARIA, Regina. Memória, Patrimônio imaterial e identidade cultural. Mesa Redonda Patrimônio Histórico e Imaterial, *In: 5º ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL DO NORTE E NORDESTE. Anais*. São Luís, set 2005

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compendio Histórico Político dos princípios da lavoura no Maranhão*. São Luís, SUDEMA, 1970

HOBBSAWN, Eric (Org) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004

IHGM, Instituto Histórico Geográfico do Maranhão. Curso de Estudos Maranhenses. *In: Geographia e Historia: revista trimensal do Instituto Histórico Geographico do Maranhão*. Anno 1. Num.1.Typ. Teixeira. São Luís, 1926



JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 1, p. 9-43, jan./jun, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006

LACROIX, M<sup>a</sup> de Lourdes L. *São Luís do Maranhão: corpo e alma*. São Luís, 2012

LACROIX, Maria de Lourdes L. A criação de um mito. *Outros Tempos*, v. 2, p. 54-80, 2005. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br>>. Acesso em: 23 nov. 2007

LACROIX, Maria de Lourdes L. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 2. ed. São Luís: Lithograf, 2002

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001

LIBÂNIO, José Carlos e ALVES, Nilda (orgs.). *Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Cortez, 201

LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon: apontamentos, notícias e observações para servirem á história do Maranhão*. São Luís: Alhambra, 1990. Tomo 2. v. 1.

LOPES, Raimundo. *Uma região Tropical*. São Luís: Cia Fon-Fon e Seleta, 1970

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fon-Fon & Seleta, 1970

MARTINS, Manoel Barros. *Operários da saudade: Os Novos Atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2006

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. Missas Negras na Nova Aurora: tradição, decadência e renovação no Maranhão na República Velha. *Ciências Humanas em Revista*, São Luís, EDUFMA, v. 2, n. 2. p. 101-122, 2004

MELO, Jeane Carla Oliveira de. O Maranhão em preleções: a escrita do livro didático de história local nas primeiras décadas republicanas. In: CARVALHO, Cláudio Amorim et al (orgs). *Pergaminho Maranhense: estudos históricos*. São Luís: Café & Lápis, 2010

MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Editora Alhambra, 1987

MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614*. São Paulo: Siciliano, 2002

O JORNAL, São Luís, 10 jul, 1916. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 17 ago. 2013



OLIVEIRA, Eduardo Gomes de. Os Novos Atenienses: saudade e poesia como invenção do Maranhão. *Ciências Humanas em Revista - São Luís*, v. 5, número especial, junho 2007. Pp. 135-144, 2007

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965

SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão*: dirigida aos pobres deste reino de Portugal. 8. ed. São Paulo: Siciliano, 2001